



## UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO

**Luana de Mello**

Engenheira Ambiental, Integrante do Laboratório de Empreendedorismo Sustentável,  
Inovação e Conhecimento - [luanacj.mello@gmail.com](mailto:luanacj.mello@gmail.com)

**Andriele de Prá Carvalho**

Doutora em Administração pela Universidade Positivo, mestre em Engenharia de Produção  
ênfase em Gestão da Inovação Tecnológica pela UTFPR de Ponta Grossa – PR -  
[andridpc@gmail.com](mailto:andridpc@gmail.com)

**Paula Regina Zarelli**

Administradora, Mestre e Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela  
Universidade Federal de Santa Catarina - [przarelli@gmail.com](mailto:przarelli@gmail.com)

**Mariana Andrade da Cruz**

Graduanda em Engenharia Ambiental. Integrante do Laboratório de Empreendedorismo  
Sustentável, Inovação e Conhecimento - [marianacruz@alunos.utfpr.edu.br](mailto:marianacruz@alunos.utfpr.edu.br)

**RESUMO:** Este estudo teve como objetivo identificar as lacunas de pesquisa evidenciadas no estudo teórico sobre o negro no mercado de trabalho. A busca de artigos foi realizada nas bases de pesquisa eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), emerald publishing, Directory of Open Access Journals, science direct, e researchgate e portal de periódicos da CAPES, por meio das palavras chaves “negros”, “raça”, “mercado de trabalho”, “América Latina”, “EUA”, “Europa”, “racismo”, “race”; “black people”, “relações sociais” “racism”; “labor market”; “social issues”. Buscou-se por artigos publicados entre 2000 e 2019 e oriundos de pesquisa desenvolvida no Brasil e internacionais. Do total de artigos encontrados, foram selecionados criteriosamente 13 artigos sobre o tema proposto. Os resultados apontam que a maioria dos artigos selecionados utilizou pesquisa qualitativa e documental e as variáveis mais usadas foram, a saber, cor, raça e gênero. Por meio dos estudos analisados que a maioria deles evidenciou que os homens negros ganham salários inferiores as pessoas brancas, contudo, as mulheres negras têm salários ainda mais baixos do que os homens negros. Como sugestão de estudos, sugere-se construir um instrumento de pesquisa que busque investigar com mais profundidade a atual situação do negro no mercado de trabalho voltado para a área da gestão e análise de conflitos.

*Palavras chaves:* Revisão sistemática; Negro; Mercado de trabalho; Discriminação racial.

### ***A SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE ON BLACK PEOPLE IN THE JOB MARKET***

**ABSTRACT:** The aim of this study was to identify the research gaps evidenced in the theoretical study on black people in the labor market. The search for articles was carried out in electronic research databases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), emerald

publishing, Directory of Open Access Journals, science direct, e researchgate and CAPES portal, through the key words “negros”, “raça”, “mercado de trabalho”, “América Latina”, “EUA”, Europa”, “racismo”, “race”; “black people”, “relações sociais” “racism”; “labor market”; “social issues”. We searched for articles published between 2000 and 2019 and from research developed in Brazil and international. Of the total articles found, we have carefully selected 13 articles on the proposed theme. The results show that most of the selected articles used qualitative and documentary research, and the most used variables were color, race and gender. We conclude that most of them have shown that black men earn lower wages than white people do, yet black women have even lower wages than black men do. As a suggestion of studies, we seek to construct a research instrument that seeks to investigate in more depth the current situation of the black in the work market focused on the area of management and conflict analysis.

**Key words:** Systematic review; Black; Job market; Racial discrimination.

**DOI N° 10.5935/1981-4747.20200004**

**Recebimento: 30/04/2018 Aprovação: 17/03/2020**

## 1. INTRODUÇÃO

Mesmo após anos do fim da escravidão, nota-se que o Brasil é ainda marcado pelas desigualdades de gênero e raça no atual mercado de trabalho. É evidente que isso deve-se ao período da escravidão. Ainda que não exista mais, as suas consequências estão enraizadas na cultura da sociedade. Nesse contexto, nota-se que os diversos tipos de discriminação estão relacionados aos fenômenos de exclusão social.

Nesse sentido, emerge-se a necessidade de compreender a inserção do negro no mercado de trabalho, de buscar na literatura estudos que analisem o papel do negro no mercado de trabalho. Partindo dessas considerações o presente estudo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa, a saber, qual é o conhecimento já produzido referente a questão do negro no mercado de trabalho? Assim, objetiva-se com este estudo identificar as lacunas de pesquisa evidenciadas no estudo teórico sobre o negro no mercado de trabalho.

Este trabalho se estrutura em cinco seções, a primeira destina-se a introdução, a segunda discorre sobre o negro no mercado de trabalho. A terceira apresenta a metodologia que suportou o estudo. Em seguida, mostram-se os resultados e discussão dos dados analisados. E por fim, apresentam-se a conclusão e referências.

## 2. O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO

As primeiras menções referentes ao mercado de trabalho foram feitas pelo economista clássico Adam Smith no século XVIII. Na visão da teoria clássica, o mercado de trabalho é o espaço onde ocorre as transações entre os empregadores e os trabalhadores (OLIVEIRA, 2011). Nessa teoria, o trabalho tem a mesma origem que o regime de trabalho escravista (BORGES, 1999). Nesse contexto, Theodoro (1998) destacou que para melhor conhecer as raízes históricas do mercado de trabalho brasileiro é necessário remontar ao século XIX, onde a economia baseava-se na escravidão.

Após a abolição da escravidão, na segunda metade do século XIX, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho dos imigrantes que vieram para o Brasil (LARA, 1998; NEGRO, GOMES, 2006). Essa troca da mão de obra dos ex-escravos pela mão de obra dos imigrantes, retirou dos negros a possibilidade de inserção e integração na sociedade, visto que sobrou para

eles apenas as condições precárias de ocupação, moradia e educação (SCOPINHO; SANTOS, 2011).

Partindo desse contexto, os preconceitos presentes difundidos pela sociedade, eram de que os trabalhadores negros tinham menos capacidade do que os brancos e devido a isso, houve a ampliação da entrada dos imigrantes europeus no mercado de trabalho (THEODORO, 2008). Desse modo, as dificuldades referentes a questão da inserção do negro no mercado de trabalho foram consideradas como prova de sua incapacidade e de sua inferioridade racial (SCOPINHO; SANTOS, 2011).

De acordo com Theodoro (1998) haveriam três possibilidades em relação a questão do trabalho após o fim da abolição, sendo que estas não são excludentes entre si. De um lado, havia a contingência de que os ex-escravos pudessem por espontânea vontade continuar a trabalhar nas fazendas e ganhariam um salário no mínimo para a sua subsistência, como ocorreu em algumas ilhas das Antilhas inglesas. Por outro lado, uma segunda opção seria a da utilização total ou parcial dos homens livres e libertos no lugar dos antigos escravos. E por fim, a terceira opção levantada pelo autor seria a imigração, sendo que esta opção foi amplamente adotada pelas regiões economicamente mais dinâmicas.

Embora os estudos realizados por Fernandes (1978, 1979, 2007) destaquem a discriminação racial, também evidenciam a ausência de preparo dos ex-escravos como um impedimento à sua inserção no mercado capitalista emergente. Nesse contexto, após a década de 1930, segundo Negro e Gomes (2006), para enfatizar a industrialização, a sociedade escravista foi considerada atrasada, posto que seu sistema social teria origens patriarcais, sendo superada pelas relações contratuais de empregado e patrão.

Segundo Chadarevian (2011) há dois modelos distintos de gestão política do problema racial: o modelo intervencionista (na GB e EUA), e o modelo não intervencionista (Brasil e França). Enquanto os primeiros aplicam, desde a década de 1960, uma legislação rígida no combate à discriminação no mercado de trabalho, os últimos têm se recusado a fazê-lo, preferindo priorizar o modelo meritocrático de igualdade de oportunidades

### 3. ESTUDOS SOBRE A RAÇA NEGRA

Os estudos analisados neste artigo apontam para objetivos relevantes na temática do negro no mercado de trabalho. Melo et al. (2003) analisaram as oportunidades de trabalho e os níveis de remuneração oferecidos a trabalhadores brancos e negros em uma grande indústria carioca: a companhia cervejaria Brahma. Campante, et al. (2003) determinaram o quanto a diferença salarial entre as raças é devido a discriminação no mercado de trabalho.

Guimarães (2004) alinhou e socializou reflexões desenvolvidas sob o estímulo de uma iniciativa especial: a da condução de um experimento de cheio alguns dos setores industriais que, até então, haviam sido os carros-chefe da economia nacional.

Cacciamali e Hirata (2005) verificaram a hipótese de discriminação no mercado de trabalho para homens e mulheres, segundo a sua autoidentificação racial – brancos ou pardos e negros – em dois estados brasileiros de predominância étnica distinta: Bahia e São Paulo. Paixão e Gomes (2008) refletiram sobre aspectos da história da escravidão, da pós-emancipação e do tempo presente da mulher negra, especialmente em termos de sua atual inserção no mercado de trabalho.

Santos e Scopinho (2011) analisaram a realidade do negro no mercado formal de trabalho a partir do resgate de como se construiu este mercado no Brasil e dos indicadores sociais que mostram que os negros, especialmente os jovens, mesmo depois de mais de um século da abolição da escravatura, ainda enfrentam dificuldades para acessá-lo.

Oliveira (2013) mostrou que as variáveis sexo, cor e escolaridade têm pesos diferentes na definição da entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, bem como têm repercussão direta nas condições da ocupação, quando são levados em conta o salário e os direitos trabalhistas. Vilela e Monsma (2013) avaliaram as consequências da presença de migrantes de outros estados brasileiros para a renda de negros e brancos paulistas.

O estudo realizado por Proni e Gomes (2015) teve como objetivo examinar a incidência dos tipos de trabalho precário, buscando verificar se houve mudança significativa no período 2009-2013, para em seguida mensurar as proporções de negros e de mulheres em situação ocupacional precária no mercado de trabalho nacional. E Ribeiro e Araújo (2016) analisaram a segregação ocupacional segundo cor e nível de escolaridade no período de 2002 a 2012.

O estudo realizado por Fekedulegna et al. (2019) gerou estimativas nacionais de prevalência de WDM – discriminação e mais tratos no local de trabalho em trabalhadores americanos de meia idade e idosos por meio das categorias sexo, raça e subgrupos. Assim, teve o intuito de examinar a magnitude das diferenças entre os subgrupos e verificar se indivíduos que sofreram discriminação relataram maus tratos mais frequentes do que aqueles que não o fizeram.

Chadarevian (2011), propôs novos indicadores para avaliar as desigualdades raciais na estrutura ocupacional e de renda no Brasil.

Júnior, Bazanini e Mantovani (2018) buscaram identificar a participação das diferentes raças nas organizações e em decorrência investigar as oportunidades dos negros em termos de empregabilidade e ascensão profissional no Brasil.

Entre os artigos selecionados, os principais objetivos apresentados foram verificar a discriminação racial em relação a diferença salarial e analisar como as variáveis cor, raça e gênero afetam a questão salarial.

#### 4. METODOLOGIA

Este artigo possui caráter eminentemente bibliográfico, realizado por meio de revisão sistemática de literatura. Para Sampaio e Mancini (2007) a revisão sistemática é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema e que a análise desses dados é realizada conforme a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese das informações selecionadas.

A partir dos temas de pesquisa, originou-se a necessidade de identificar qual é o conhecimento já produzido referente a questão do negro no mercado de trabalho. A busca de artigos foi realizada nas bases de pesquisa eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), portal de periódicos da CAPES, emerald publishing, Directory of Open Access Journals, science direct, e researchgate por meio das palavras chaves “negros”, “raça”, “mercado de trabalho”, “América Latina”, “EUA”, “Europa”, “racismo”, “race”; “relações sociais” “racism”; “labor market”; “social issues”.

Inicialmente, foram encontrados 311 artigos na busca sistemática. Para apurar quais artigos realmente abordam o tema o negro no mercado de trabalho, realizou-se primeiramente a leitura dos resumos das publicações selecionadas com o intuito de refinar a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos publicados entre 2000 e 2019. Os critérios de exclusão foram, a saber, artigos que não se enquadraram no problema de pesquisa, ensaios e ausência de resumo na plataforma online. Por meio desse processo, a amostra final ficou constituída por 13 artigos. Após a seleção da amostra, foi realizada a análise sistemática dos mesmos a fim de obter reflexões teóricas sobre o tema.

## 5. ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Os artigos analisados nesse presente estudo encontram-se no quadro 01. Nota-se que não foi encontrado nenhum artigo da área da administração no período de pesquisa analisado. A maioria dos artigos são de revistas da área da economia.

*Quadro 01: Identificação dos artigos*

<i>Artigo</i>	<i>Autores</i>	<i>Ano</i>	<i>Periódico</i>	<i>Número de citações</i>
1) Raça e Nacionalidade no Mercado de Trabalho Carioca na Primeira República: O Caso da Cervejaria Brahma.	Hildete Pereira de Melo; João Lizardo de Araújo; Teresa Cristina de Novaes Marques	2003	Revista Brasileira de Economia	13
2) Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais.	Felipe R. Campante; Anna R.V. Crespo; Phillipe G. P. G. Leie.	2004	Revista Brasileira de Economia	137
3) Quando a indústria se transforma...: atores locais e políticas subnacionais de equidade de gênero e raça.	Nadya A. Guimarães	2004	São Paulo em Perspectiva	13
4) A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda – uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo.	Maria C. Cacciamali; Guilherme I. Hirata.	2005	Estudos econômicos	55
5) Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação.	Marcelo Paixão; Flávio Gomes	2008	Estudos feministas	50
6) Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho.	Elisabete F. dos Santos; Rosemeire A. Scopinho	2011	Arquivos brasileiros de psicologia	0
7) Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor.	Ramon de Oliveira	2013	Perspectiva	2
8) Migração interestadual e desigualdade racial: evidência do Estado de São Paulo.	Elaine M. Vilela; Karl Monsma.	2015	Sociologias	0
9) Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça.	Marcelo W. Proni; Darcilene C. Gomes.	2015	Estudos avançados	1
10) Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo.	Rosana Ribeiro; Guilherme S. Araújo.	2016	Nova Economia	0
11) Prevalence of workplace discrimination and mistreatment in a national sample of older U.S. workers: The REGARDS cohort study.	Desta Fekedulegna, Toni Altermanb, Luenda E. Charlesa, Kiarri N. Kershaw, Monika M. Safford, Virginia J. Howard, Leslie A.	2019	SSM - Population Health	Não foi possível visualizar.

	MacDonald			
12) Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho	Pedro C. Chadarevian	2011	Revista de Economia Política	22
13) O mito da democracia racial no mercado de trabalho: análise crítica da participação dos afrodescendentes nas empresas brasileiras.	Celso Machado Júnior, Roberto Bazanini, Daielly Melina Nassif Mantovani	2018	Revista Organizações & Sociedade	2

Fonte: Autores (2019).

Os artigos analisados demonstraram como variável de análise, em sua maioria, a questão da cor, raça e gênero, conforme ilustrado pela nuvem semântica. Dentre as variáveis utilizadas nos artigos, apenas os autores Paixão e Gomes (2008) utilizaram as variáveis escravidão e pós-emancipação.

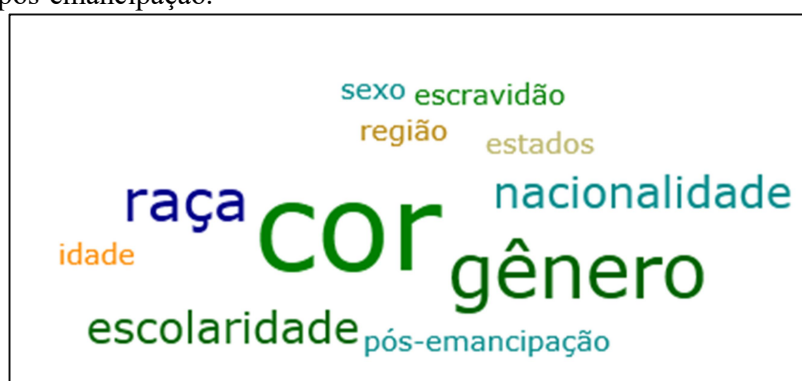


Figura 1: Nuvem semântica das variáveis.

Fonte: Autores (2019).

Com relação as metodologias utilizadas pelos autores, nota-se que a maioria utilizou as análises qualitativa e documental.

Quadro 1: Metodologias empregadas nos artigos selecionados

Artigos	Tipo de pesquisa
Artigo 1	Estudo de caso, análise qualitativa.
Artigo 2	Método de Oaxaca-Blinder (Método de decomposição de desigualdades).
Artigo 3	Estudo de caso, análise qualitativa, pesquisa histórica.
Artigo 4	Análise quantitativa e análise estatística.
Artigo 5	Análise qualitativa.
Artigo 6	Análise qualitativa, pesquisa histórica.
Artigo 7	Análise qualitativa.
Artigo 8	Análise estatística.
Artigo 9	Análise qualitativa.
Artigo 10	Análise qualitativa e quantitativa, pesquisa bibliográfica.
Artigo 11	Análise quantitativa e qualitativa.
Artigo 12	Análise quantitativa e qualitativa.
Artigo 13	Análise qualitativa e bibliográfica.

Fonte: Autores (2019).

Com base na análise dos artigos escolhidos nesta revisão sistemática de literatura, identificaram-se as seguintes lacunas de pesquisa:

- Verificação do modo que as desigualdades de cor e sexo são expressadas no caso da ampliação do desemprego ampliar significativamente o seu volume e as suas chances de restrição (GUIMARÃES, 2004).
- Verificação da hipótese de discriminação no mercado de trabalho para homens e mulheres segundo a sua autoidentificação racial (CACCIAMALI; HIRATA, 2005).
- As reflexões sobre as experiências das mulheres negras nas comunidades escravas e nas primeiras décadas da pós-emancipação no Brasil continuam ausentes (PAIXÃO; GOMES, 2008).
- Análise do que é determinado e do que é determinante em relação a discussão sobre educação e pobreza (OLIVEIRA, 2013).
- Verificação do prejuízo ou do benefício que a imigração suscita para os mais pobres e os grupos prejudicados pelo racismo ou outras formas de discriminação (VILELA; MONSMA, 2015).
- A discriminação racial e a de gênero contribuem para reproduzir as situações de maior precariedade ocupacional do país (PRONI; GOMES, 2015).
- Análise dos riscos em relação a dissolver e descaracterizar políticas públicas relacionadas a ações afirmativas, que são um elemento importante para erradicar a discriminação racial nas empresas e de uma maneira mais ampla, na sociedade (JÚNIOR, BAZANINI E MANTOVANI, 2018).

Em relação aos principais resultados e conclusão, Melo et al. (2003) constaram que em 1925 o salário dos brancos era maior em comparação a dos negros e que os trabalhadores negros apresentaram níveis maiores de alfabetização do que os imigrantes. Desta forma, surge as lacunas de pesquisa que permitem analisar a relação entre a nacionalidade ou cor da pele do trabalhador e seu salário e a relação entre grau de instrução, a nacionalidade e a cor da pele. Para responder essas lacunas os autores fizeram um estudo de caso na indústria Brahma. A partir da análise resultados, eles concluíram que há existe mais discriminação contra a nacionalidade do que a cor da pele.

De acordo com Campante, et al. (2004) há um perfil elitista referente a discriminação racial e parte do componente atribuído à discriminação do mercado de trabalho é devido a persistência das desigualdades educacionais. Cabe mencionar que em 2013, o percentual de negros no trabalho informal era 64,5%, contudo, a distribuição era mais desigual entre os ocupados em atividade não mercantil e a maioria das ocupações precárias continuava reservada aos negros (68,8% contra 31,2%) (PRONI; GOMES, 2015).

Oliveira (2013) concluiu que a taxa de desemprego é maior para os negros quando se compara com a dos brancos. Conforme os autores, há uma forma mais acentuada de precarização da contratação de trabalho para as mulheres negras. Além disso, os homens negros têm salários inferiores aos dos brancos, contudo, as mulheres negras recebem um salário mais baixo ainda do que o dos homens negros.

Nesse sentido, o estudo de Guimarães (2004) constatou que a diferença salarial entre homens negros e brancos é devido ao diferencial de qualificação escolar embora a condição racial tenha alguma capacidade explicativa é na coluna “qualificação” que se encontra o mais importante fator determinante dos seus baixos salários. Com relação as mulheres negras, a autora destacou que existem muitos fatores determinantes que influenciam na desvantagem salarial delas em relação as pessoas brancas e homens negros e que também apresentaram baixa qualificação escolar. Desse modo, a autora explica que há desvantagens em relação a sua inserção em posições subalternas nas hierarquias ocupacionais, o que lhes acarreta menor remuneração e poderia ser atribuído à discriminação racial e sexual.

Confirmando os resultados obtidos por Guimarães referente a qualificação como um dos fatores para os baixos salários dos negros, a partir da análise dos dados realizada pelos autores Cacciamali e Hirata (2005), pode-se evidenciar que o crescimento da discriminação racial é proporcional ao aumento da escolaridade, sendo que a discriminação é maior contra a mulher negra. Os autores concluíram que no mercado informal destaca-se a discriminação por raça e no mercado formal predomina a discriminação por gênero.

Comparando com os EUA, conforme estudo realizado por Fekedulegn et al. (2019), nota-se que há uma realidade parecida com a do Brasil. Os autores concluíram que:

- É relatada discriminação e maus-tratos no local de trabalho nos EUA para pessoas com idade  $\geq 48$  anos.
- A discriminação e os maus-tratos no local de trabalho variaram significativamente por raça e sexo.
- A discriminação e os maus-tratos no local de trabalho são mais prevalentes entre as mulheres negras.
- Os maus-tratos são 4-8 vezes mais prevalentes entre os trabalhadores que denunciam discriminação.
- Entre os trabalhadores independentes e aqueles com idade  $\geq 65$  anos, os maus-tratos não variaram por raça ou sexo.

Desse modo, a proporção de negros que trabalha apenas para o próprio consumo é bem maior que a de brancos. A elevada proporção de colaboradores negros, em especial de mulheres negras, em situação ocupacional muito precária sugere a existência de processos de segregação social, que se refletem na forma de inserção no mercado de trabalho (PRONI E GOMES, 2015). É evidente que as mulheres negras recebem salários inferiores aos dos homens negros e pessoas brancas e que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é nitidamente pior do que a dos demais contingentes (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Nessa mesma linha, Ribeiro e Araújo (2016) mostraram que os assalariados conforme as variáveis cor, sexo e nível de escolaridade no ano de 2002, os índices de segregação ocupacional estimados com base nessas variáveis, elucidaram que o grau de segregação é maior entre mulheres brancas ou negras do que entre negros ou brancos. Partindo desse pretexto, os autores concluem que apenas a elevação do nível de escolaridade não reduz necessariamente a segregação ocupacional de acordo com as variáveis apresentadas acima.

Nesse contexto, segundo Vilela e Monsma (2015), as relações entre salário e cor podem oscilar sistematicamente, dependendo das características do município, ficando essa variação intermunicipal perdida se considerar apenas o nível de segregação estadual. Os resultados mostraram que a hipótese inicial do estudo desses autores, não foi validade, que era de que a elevação da proporção de migrantes nos municípios do estado de São Paulo se associa com maior desigualdade entre brancos e negros. Depreende-se que, de uma forma geral, os negros recebem salários menores que os brancos. Entretanto, segundo os autores, os negros recebem as mesmas qualificações educacionais, experiências de trabalho e ocupações.

Os índices para medir desigualdades raciais no mercado de trabalho desenvolvidos por Chadarevian (2011) demonstraram que no Brasil de hoje persiste um nível importante de desigualdade racial, não muito distante do que havia nos EUA ao final do período segregacionista nos anos 1950.

O estudo realizado por Santos e Scopinho (2011) foi o único artigo encontrado que analisou a questão dos jovens negros no mercado de trabalho. De acordo com os autores, os jovens negros não estão excluídos ou “fora do jogo”, entretanto, eles participam de uma



maneira excludente e desigual, ou seja, em condições precárias em relação aos brancos. Partindo desse pretexto, esses jovens têm o desafio de desconstruir os estereótipos raciais e acessar o mercado de trabalho em condições dignas.

Júnior, Bazanini e Mantovani (2018) realizaram uma pesquisa com 117 empresas que fazem parte de um conjunto de 500 maiores do Brasil por meio de pesquisa documental e seus resultados indicaram que a democracia racial constitui um mito na sociedade brasileira. De acordo a análise de dados, a maioria das pessoas que estão no topo da pirâmide das empresas são brancas. Eles evidenciaram que nos níveis iniciais da pirâmide, que são os cargos de estagiário e aprendiz, são predominantemente preenchidos por pessoas negras. Assim, os autores sugerem que é necessário estabelecer a conjunção de políticas governamentais afirmativas acompanhadas de práticas que estimulem a diversidade nas empresas.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar as lacunas de pesquisa evidenciadas no estudo teórico sobre o negro no mercado de trabalho. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão sistemática de literatura. A amostra final constituiu-se de 13 artigos. As metodologias mais utilizadas nesses artigos foram a qualitativa e a documental. As variáveis de análise mais usadas foram, a saber, cor, raça e gênero. E o mercado mais abordado pelos autores foi o nacional.

Conclui-se dos estudos analisados que a maioria deles evidenciou que os homens negros ganham salários inferiores as pessoas brancas, contudo, as mulheres negras têm salários ainda mais baixos do que os homens negros. O que fica evidente, que além delas enfrentarem o preconceito e discriminação por raça e cor, ainda enfrentam o preconceito por gênero.

Comparando com a realidade do mercado de trabalho nos EUA, percebe-se que também há discriminação racial principalmente para as mulheres negras. Cabe ressaltar, que faltou ter na literatura mais estudos em relação a essa temática não apenas analisando essa realidade nos EUA mas como também em outros países. Será há diferença no padrão de discriminação racial em relação ao Brasil e há outros países?

Nesse sentido, na busca de artigos na literatura internacional, evidenciou-se que, dentro do período e palavras chaves selecionados, há poucos artigos abordando o tema proposto.

Partindo desse pretexto, a maioria dos artigos elucidou que a falta de qualificação é um dos fatores para os baixos salários dos negros. Porém, esse fator está ligado às condições desiguais de escolarização e oportunidades. Pode-se dizer que enquanto que na escravidão os negros tinham a sua força amarrada pelas correntes, na atualidade têm seu esforço amarrado a uma herança, conforme evidenciado na segunda seção deste estudo, de que seu lugar no mercado é no setor operacional e nos serviços brutos, pois não há outros que têm a vontade de fazer os tais.

Com base na análise dos artigos, notou-se que nenhum deles realizou uma análise com base no sistema meritocrático de igualdades de oportunidades. Será que esse sistema auxilia na diminuição das desigualdades raciais ou potencializa ainda mais essa desigualdade?

Desse modo, hoje o chicote de couro não lastra mais nas costas do negro, contudo, o chicote da língua lastra aos seus ouvidos sempre que ouve palavras de esclarecimento quando se tem uma conquista acadêmica ou profissional, do tipo: "Se formou por causa das cotas" ou "Ser negro no Brasil é fácil, ganha um monte de incentivo do governo".

Assim, pode-se concluir que a discriminação do negro no mercado de trabalho está relacionada com a formação deste, que é oriundo de um sistema escravista. E mesmo com a

abolição da escravidão, ainda é refletido no Brasil o retrato da discriminação por cor, raça ou gênero.

Por fim, ressalta-se que dentro das bases pesquisas utilizadas não encontrou-se nenhum artigo na área da administração referente ao negro no mercado de trabalho. Assim, como sugestão de estudos, sugere-se construir um instrumento de pesquisa que busque investigar com mais profundidade a atual situação do negro no mercado de trabalho voltado para a área da gestão e análise de conflitos.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, L.O. As Concepções do Trabalho: um Estudo de Análise de Conteúdo de Dois Periódicos de Circulação Nacional. *RAC*, v. 3, n. 3, Set./Dez. 1999: 81-107. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65551999000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551999000300005)>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612005000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G.. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 185-210, June 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402004000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- CHADAREVIAN, Pedro C. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 2, p. 283-304, 2011.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3. ed. V. 1. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. *25 Anos Depois: o negro na era atual*. In: Circuito Fechado. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Negro no Mundo dos Brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.
- FEKEDULEGN, Desta et al. Prevalence of workplace discrimination and mistreatment in a national sample of older US workers: The REGARDS cohort study. *SSM-Population Health*, v. 8, p. 100444, 2019.
- GUIMARAES, N. A. Quando a indústria se transforma: atores locais e políticas subnacionais de equidade de gênero e raça. *São Paulo Perspec.* São Paulo, v. 18, n. 4, p. 83-92, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- LARA, S.H. Escravidão, Cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11185/8196>>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- MACHADO, Celso Júnior; BAZANINI, Roberto; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. O mito da democracia racial no mercado de trabalho: análise crítica da participação dos afrodescendentes nas empresas brasileiras. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 632-655, 2018.
- MELO, H. P.; ARAUJO, J. L.; MARQUES, T. C. N. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. *Rev. Bras. Econ.*, Rio

- de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 535-569, Sept. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402003000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402003000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- NEGRO, A.L; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006.
- OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.
- OLIVEIRA, R. Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 31, n. 2, 687-719, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2013v31n2p687>> Acesso em: 28 Set. 2017.
- PAIXÃO, MARCELO; GOMES, FLÁVIO. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Estudos Feministas*, Vol. 16, No. 3 (setembro-dezembro - 2008), pp. 949-964. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24327811?seq=1#>> Acesso em: 28 Set. 2017.
- PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, Dec. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Set. 2017.
- RIBEIRO, R., ARAÚJO, G. S. Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. *Nova Economia*, v.26 n.1 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400446747006>> Acesso em: 28 Set. 2017.
- SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 63 (nº.spe.): 1-104, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2290/229049716004/>>Acesso em: 28 Set. 2017.
- THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. 1998. Disponível em: <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_3-10.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_3-10.pdf)> Acesso em: 28 Set. 2017.
- THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In \_\_\_\_\_ (Org.), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição* (pp. 15-43). Brasília: IPEA, 2008.
- VILELA, E. M; MONSMA, K. Migração interestadual e desigualdade racial: evidência do Estado de São Paulo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, no 40, set/dez 2015, p. 256-291. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/868/86843200008/>>Acesso em: 28 Set. 2017.